

ATA DA 008ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2015  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Valduga - Cleiton Salvaro - Dalmo Claro - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dr. Vicente Caropreso - Fernando Coruja - Gabriel Ribeiro - Gean Loureiro - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jean Kuhlmann - João Amin - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Leonel Pavan - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mario Marcondes - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Natalino Lázare - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Patrício Destro - Ricardo Guidi - Rodrigo Minotto - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Srs. deputados, antes de passar para as Breves Comunicações, quero anunciar a presença, nesta Casa, da nossa querida prefeita de Camboriú, Luzia Coppi Mathias, uma das brilhantes prefeitas do estado de Santa Catarina.

Seja bem-vinda a esta Casa, querida prefeita, um exemplo de gestora pública.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Kennedy Nunes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, deputado Leonel Pavan, que neste momento preside a sessão, srs. deputados, sras. deputadas que estão

aqui presentes, quero também estender a saudação à prefeita Luzia Coppi Mathias, de Camboriú, capital catarinense das Missões, que já está-se preparando para mais um encontro dos Gideões Missionários.

Gostaria, sr. presidente, de fazer uso da palavra, neste horário, para fazer um registro, deputado Luiz Fernando Vampiro, da morte de um grande líder, na noite de sábado, que hoje será sepultado em São Paulo. Trata-se do fundador da Igreja Pentecostal Deus é Amor, o missionário David Miranda, deputado Ismael dos Santos. Quem não se lembra de David Miranda na rádio, pelo seu jeito peculiar de falar, com sua voz em tom que todos conheciam e reconheciam.

Eu queria fazer esta homenagem póstuma a este grande líder que no dia 3 de junho de 1962 fundou a Igreja Pentecostal Deus é Amor, que cresceu grandemente. Hoje tem mais de 22 mil templos espalhados no Brasil e no mundo, aproximadamente 116 países.

O Templo da Glória de Deus é a sede mundial da Igreja Pentecostal Deus é Amor, na Avenida do Estado, em São Paulo. Esta igreja possui 70.000 m<sup>2</sup> e hoje consegue atender e receber até 140 mil pessoas na sede mundial da Igreja Pentecostal Deus é Amor, cujo terreno foi adquirido em 1979.

Até a década de 60, a grande maioria das igrejas pentecostais era radicalmente contra a política, o divórcio, a televisão e a outras práticas, mas ao final desse período muitos desses costumes foram abolidos e práticas modernas começaram a ser aceitas. Não conformado David Miranda fundou o ministério em 1962. A Igreja Pentecostal Deus é Amor, conforme conta o missionário na sua autobiografia, teve seu nome revelado pelo próprio Deus numa madrugada de oração.

Na verdade, David Miranda por não aceitar essas mudanças dessas igrejas que participava, abriu esse ministério e fundou a Igreja Pentecostal Deus é Amor que hoje tem um império de programas de rádios, principalmente de rádios

ondas curtas, médias, FMs. Ele tem esse potencial e precisa aqui ser homenageado.

Ele tinha quatro filhos: David, Débora, Leia e Daniel, e, além de netos, também deixa a viúva sra. Ereni de Oliveira Miranda.

Então, fica aqui o registro do falecimento desse líder.

O deputado Ismael dos Santos talvez possa ter um pouco mais da historicidade desse assunto, ele que já escreveu livros, inclusive sobre a fundação da Igreja Assembleia de Deus aqui em Santa Catarina e no Brasil. Mas entendo que o missionário David Miranda foi um dos primeiros pastores brasileiros a fundar um ministério aqui no Brasil, até porque a Assembleia de Deus, foi fundada por Daniel Berg e Gunnar Vingren, que eram de fora e vieram a Belém do Pará.

A Igreja Pentecostal Deus é Amor foi fundada aqui, como eu falei, em 62, e desde lá até agora sempre teve à frente a presidência e o comando do missionário, agora já falecido, David Miranda. E agora fica a expectativa, deputado Serafim Venzon, do que vai acontecer, porque temos algumas igrejas, por exemplo a Assembleia de Deus, a Presbiteriana, a Igreja Batista, a Igreja Luterana, que também surgiram e não ficaram em cima de um nome, como é até hoje a Igreja Pentecostal Deus é Amor, como a Igreja Universal do Reino de Deus, que está principalmente em cima do seu líder maior, o bispo Edir Macedo, como é a Igreja Internacional da Graça, que está em cima do missionário R.R. Soares. São pessoas que fundaram os seus ministérios! Agora vamos ver o que vai acontecer. Para mim, como gosto de acompanhar as histórias, será bastante interessante acompanhar todo este potencial, essa grandeza, que é a Igreja Pentecostal Deus é Amor. O que vai acontecer com a morte do seu líder principal?

Já sabemos que o filho já vinha tocando a igreja, mas há uma preocupação. A prefeita Luzia está aqui também e há uma preocupação com os Gideões Missionários, que têm na figura do pastor Cesino Bernardino o seu fundador e o seu tocador.

O que vai acontecer quando não estiverem mais, será que vai persistir ou não.

As igrejas, por exemplo, os ministérios que não são feitos em cima de pessoas, de nomes, eles tendem a continuar. Daniel Berg e Gunnar Vingren foram e a Assembleia de Deus continuou. Depois ela se dividiu no Ministério Madureira e Ministério Belém, tem Manoel Ferreira em Madureira, tem José Wellington Bezerra da Costa no Ministério Belém, mas a igreja continuou. Vários outros já passaram, mas a igreja continua. E para mim o que fica, e essa era sempre uma dúvida, é o que vamos ver daqui para frente, o que vai acontecer com a Igreja Pentecostal Deus é Amor, com esse império, afinal de contas são 22 mil igrejas espalhadas no Brasil e em 116 países, o que vai acontecer com essa administração? Torço para que consiga seguir atendendo as pessoas.

Eu respeito, sou uma pessoa muito prática para isso e muito tolerante. Deputado Padre Pedro Baldissera, acho que uma das nossas grandes virtudes é a nossa tolerância, no Brasil, em relação às diferenças religiosas, étnicas e todas as outras. Por exemplo, costumo dizer que a igreja tal não deixa fazer isso, e a outra igreja faz isso. Então, deputado Padre Pedro Baldissera, falo que quando chegar no juízo final ninguém vai dizer que não tinha uma igreja do seu jeito, porque tem igreja de todo tipo, de todas as crenças. E cada um, deputada Luciane Carminatti, vai e professa a sua fé naquilo lá. Temos que respeitar e fazer com que as pessoas procurem Deus nas suas formas. E eu torço, quero crer, e vou orar também, para que a Igreja Pentecostal Deus é Amor prossiga nesse caminho brilhante, que vem trilhando desde 1962 junto à comunidade brasileira e internacional, com o falecimento do missionário Davi Miranda.

Então, portanto, queria, sr. presidente, que a secretaria da Casa pudesse fazer uma nota de pesar, em nome da Assembleia Legislativa, pelo falecimento desse grande líder no Brasil, missionário David Miranda, que acabou falecendo no último sábado e foi sepultado na manhã de hoje.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, prefeitos e vereadores que estão aqui acompanhando os trabalhos da Assembleia, público que nos assiste, quero saudar a Associação Comercial e Industrial de Brusque, cujo presidente Edmar Fischer todas as segundas-feiras, no final do dia, faz uma reunião com a diretoria executiva da associação, que representa todos os empresários.

No modelo atual do nosso sistema tributário, o empresário, ao pagar o imposto, torna-se o principal parceiro do governo. Então, o empresário, que tem essa grande obrigação social, tem certo direito de querer participar mais ativamente na distribuição desses tributos, que deve voltar nas cidades em forma de serviço. Por isso, ontem, discutíamos com essa associação algumas bandeiras, como a questão da energia, que é importante.

Santa Catarina e o Brasil têm grande potencial de geração de energia, a começar pelo aproveitamento dos rios. No ano passado aprovamos uma lei que agiliza a autorização da implantação de pequenas hidrelétricas, as chamadas PCHs. Esse projeto facilita a implantação de várias PCHs, e a produção das mesmas somadas ultrapassam os 3.000 megawatts. Então podemos produzir isso gerando energia com a água de pequenos rios, sem contar que na região serrana há grande potencial também para produzir energia elétrica do vento, principalmente na região de Bom Jardim da Serra e São Joaquim. Atualmente, a WEG, de Jaraguá do Sul, está produzindo aerogeradores cuja produção elétrica ultrapassa três megawatts por gerador.

Eu estava calculando para tentar traduzir para as pessoas o que significa três megawatts. O que é um aerogerador?

O rio Itajaí Mirim, que sai de Vidal Ramos e vem por Itajaí passando por Brusque, aquele rio, afinal, pega uma grande bacia e vai implantar uma

pequena geração de energia elétrica, uma pequena PCH, que vai gerar 1.65 mega, ou seja, esse aerogerador, e poderia ser implantado vários na região serrana, produz 3,3 megawatts, o dobro dessa que vai ser colocada no rio.

Quero dizer que temos um grande potencial de geração de energia. O grande problema está na transmissão e na qualidade da distribuição. Quando no governo Fernando Henrique, e o deputado Leonel Pavan também, na ocasião, era deputado junto comigo, aprovamos, mesmo sendo do PDT na época, o projeto de lei que permitia geração de energia elétrica pela iniciativa privada. Mas se reservou ao poder público a sua distribuição. Acho que é nisso que estamos falhando gravemente. Não o nosso governo, mas o Brasil como um todo, porque cada estado tem o seu potencial de geração de grande quantidade de energia, no entanto, a grande dificuldade está, justamente, nas linhas de transmissão e redistribuição. O governador Raimundo Colombo fez um plano de melhorar justamente essa redistribuição, implantando várias subestações em diversas regiões polo. E lá, em Brusque, estamos agraciados com uma subestação que ainda não ocorreu por conta de estudar uma localização mais adequada, ou seja, encontrar um terreno que esteja dentro dos preços razoáveis para implantar essa subestação. Então, a Associação Comercial Industrial analisa e pede apoio ao governo para de fato implantar essa subestação e encontrar formas para que Santa Catarina melhore a distribuição, as linhas de transmissão, podendo aproveitar melhor todo o potencial de geração de energia elétrica, seja eólica, hídrica e até a energia solar.

Então, é uma bandeira a questão da energia. Também é uma bandeira importante a questão da infraestrutura rodoviária. Brusque está recebendo uma das primeiras rodovias estaduais dentro da capital, dentro da ilha. Uma das primeiras rodovias a ser duplicada é a SC-486, também chamada rodovia Antônio Heil, que tem o segmento sendo duplicado numa parceria com a empresa local, no caso, a Irmãos Fischer. E ontem se iniciou o

outro segmento que esperamos, em dois ou três anos, complete a duplicação de Brusque até Itajaí, na intersecção com a BR-101, facilitando o transporte do desenvolvimento, porque Brusque tem contribuído muito com Santa Catarina, mas está sendo estrangulada numa estrada simples que impede o transporte.

Mas além da SC-486, ela sai da BR-101 e interliga com a SC-282, isso faria uma comunicação entre a SC-282 com a BR-101. Essa rodovia é tão importante quanto à duplicação da BR-470. Mas enquanto não acontece a duplicação do BR-470, que é uma rodovia cara, que tem uma parte burocrática muito longa, que agora o segmento comece de Blumenau até Itajaí. Torcemos para que isso aconteça.

Está sendo criado um fórum para dar agilidade, manter a informação e tentarmos estimular a agilidade nessa obra, mas, enquanto isso não acontece, queremos, pelo menos, a conclusão da Rodovia 486, que vai de Brusque a Vidal Ramos, faltando apenas 25 ou 30km a serem completamente asfaltados, o que iria facilitar em muito a ligação da BR-282 e a BR-101.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon!

O próximo orador inscrito é o deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham através da TVAL ou da Rádio Alesc Digital, pessoa que nos visitam no dia hoje. Eu quero primeiro justificar a minha ausência na semana passada nos dois dias de sessão por ter acompanhado, a pedido da nossa agricultura familiar, toda a luta sobre a problemática do leite no oeste catarinense, em que discutimos, fizemos encaminhamentos e soluções para várias mobilizações e atividades tendo em vista a crise que se instalou a partir do momento da identificação de muitas misturas e falsificações do nosso produto tão valioso, o leite. O nosso

oeste catarinense é hoje a região de maior produção do Brasil.

Estivemos acompanhando a atividade durante o final de semana e participamos de vários eventos para discutir os encaminhamentos que serão levados às empresas, ao governo estadual, ao governo federal, e estamos também nos colocando como porta-vozes desse movimento.

E a greve dos caminhoneiros agrava e traz uma tensão ainda maior, pois no dia de ontem e de hoje o leite acaba ficando nas propriedades. Então, quero tratar aqui, nesta tribuna, das mobilizações que estão acontecendo, tanto dos caminhoneiros nesses últimos dias, como a mobilização do Magistério Estadual, que esteve aqui trazendo as suas reivindicações e pedindo a revogação da MP n. 198/2015, editada pelo governador do estado agora no início do ano.

Então, vou falar um pouco sobre esses dois temas aqui brevemente e colocar um pouco da nossa posição sobre tudo isso que está ocorrendo no nosso estado. Primeiro, sobre o tema do Magistério estadual que nós viemos acompanhando várias falas na imprensa por parte do secretário, por parte do governador em relação à medida provisória.

Na nossa avaliação essa medida provisória:

(Passa a ler.)

“Fortalece novamente a terceirização do serviço público;

- Transforma os ACTs em horistas;
- Objetivo da MP n. 198/2015, reduzir os gastos com a folha de pagamento e diminuir o salário dos professores;
- A qualidade da educação, a valorização e a qualificação do professor não são prioridades neste texto;
- Discriminação dupla dos servidores ACTs, professores com a mesma formação terão renumerações diferentes.

Temos hoje em torno de 19,6 mil ACTs e a legislação atual exige a realização de concurso público a cada dois anos, mas o que temos visto nestes últimos 12 anos do governo catarinense é a

desvalorização da educação e a desvalorização dos profissionais da educação.

A medida provisória estabelece que a remuneração para professores com magistério seja o piso nacional de R\$ 1.917,00 e para os que possuem graduação o valor é de R\$ 2.013,00 uma diferença apenas de R\$ 96,00.

Retira os ACTs da carreira, cria insegurança jurídica, pois não prevê e não fixa os possíveis reajustes e negociações para o futuro, o que não temos garantia de como será o amanhã destes profissionais que hoje prestam um importante serviço ao estado de Santa Catarina e a sua população.

O governo afirma textualmente em redução, economia de R\$ 40 milhões, no entanto, não apresenta nenhum relatório de impacto financeiro.

Outro fato que chama atenção é no final do texto da medida provisória, o governo revoga partes, artigos da Lei Complementar n. 456, como o art. 6º, que trata do regime de trabalho semanal do professor ou professora ACT - admitido em caráter temporário e os incisos do art. 8º, que tratam de abonos pelo exercício da docência; prêmio educar, e prêmio assiduidade. E ainda o art. 26 que trata da retribuição pecuniária, acrescidas as gratificações de estímulo e complementar à regência de classe. Destaca-se a possibilidade no futuro de debate jurídico frente à possibilidade de uma medida provisória revogar artigos da lei complementar".[sic]

Então, este é o nosso grande questionamento sobre esse texto da Medida Provisória n. 198/2015 em reduzir gastos com a folha de pagamento que textualmente está claro que vai reduzir gratificações e tratamento para nossos professores.

Sobre essa Medida Provisória n. 198/2015, que começa a tramitar nesta Casa, teremos um grande debate à frente que trata dos nossos trabalhadores e trabalhadoras da educação, do enfraquecimento do serviço público e também da qualidade da educação em nosso estado.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Rapidamente, deputado Dirceu Dresch, o governo está para encaminhar uma reforma administrativa a esta Casa, existe um momento de crise nacional. Mas essa reforma, no meu entendimento, tem que ser num caminho, e os cargos comissionados vão ter todo o meu apoio nesta Casa, mas acho que esta medida não deve passar por isso que v.exa. levanta, porque vai diminuir direitos relacionados aos professores e a educação.

Eu não tive oportunidade de me debruçar com atenção sobre esta medida provisória, mas pretendo fazer isso. Essa argumentação que os professores ACTs precisam ser remunerados da mesma forma que os professores efetivos é muito forte e parece-me absolutamente clara, cristalina, não podemos produzir diferenciação de remuneração para pessoas em situações iguais, com o mesmo nível de conhecimento e formação, enfim, não podemos ter professores remunerados de forma diferente.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputado Fernando Coruja. Eu quero tratar ainda rapidamente de outro assunto. Estive participando de várias mobilizações dos caminhoneiros neste final de semana, em vários locais, e olha que já participei de muitas mobilizações, de muitas lutas, entendo e acho justo e meritório as pessoas se organizarem, discutirem sua situação, construírem uma pauta de reivindicações, buscar a negociação. Por isso, estamos articulando junto ao governo federal, não apenas junto aos ministros, mas também junto à Casa Civil Nacional do governo federal que, entendemos, deve assumir isso.

Por isso entendemos que o governo federal tem que tratar isso com muita responsabilidade, com muito carinho esse tema tão importante. E jamais neste país o governo federal, como a própria presidente Dilma Rousseff, ajudou tanto nos financiamentos, no apoio à categoria dos motoristas a comprar novos caminhões para melhorar

a sua frota. Então, com certeza ela estará, neste momento, disposta a ajudar.

Estamos com um desafio e um problema de justamente buscar as lideranças que irão falar em nome da categoria. Mas uma das coisas que não concordamos, eu já fiz muita mobilização, srs. deputados, sras. deputadas e pessoas que nos estão acompanhando, é prejudicar um setor tão importante, como é o caso da nossa agricultura familiar, que já vem passando por uma grande crise. Assim sendo, em nossa opinião é que os alimentos devam continuar circulando, porque, caso contrário, iremos prejudicar o trabalhador que vai precisar pagar mais pelos seus alimentos ou vai até faltar agricultores que estão a duras penas produzindo para alimentar este país e para a exportação. Por isso temos que ter o bom senso de dialogar o conjunto e buscar a sua pauta.

Entendemos que o governador precisa também instalar uma mesa de negociações para discutir o motivo da redução dos impostos nos combustíveis. O tema, por exemplo, do ICMS aos produtos, os temas dos pedágios que estão na pauta devem ser discutidos com os governos estaduais. Então, o estado precisa instalar uma mesa de negociações e, se for preciso, poderemos inclusive acompanhar uma delegação a Brasília, junto ao governo federal, ou mesmo aqui no estado.

O caminho não é a radicalização, o caminho é a negociação. Não concordamos com uma parte de o movimento trilhar por uma linha de pedir *impeachment* para a presidente. Esses temas, na nossa avaliação, já entram num movimento político-partidário. Isso, com certeza, não ajuda movimento nenhum em nosso país.

É preciso discutir os temas relacionados à categoria, discutir temas políticos, sim, mas não fazer o que se fez em alguns atos que nós não concordamos como a radicalização, a queima de carros, que entendemos que isso não ajuda em nada no processo de diálogo com os...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Srs. deputados, quero anunciar a presença, nesta Casa, do vereador Zeca Simas, do DEM, de Camboriú, e do ex-prefeito Ailor Lotério, e das demais pessoas que acompanham a prefeita Luzia Coppi Mathias.

Sejam bem-vindos a este Poder.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Fernando Coruja, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Sr. presidente, deputado Leonel Pavan, srs. parlamentares, sras. parlamentares, estamos vendo, em Santa Catarina, uma parte do movimento nacional que é a paralisação das rodovias por parte dos caminhoneiros que reivindicam, entre muitas outras coisas, uma situação melhor para o transporte.

Vivemos uma crise econômica que fez com que a energia elétrica, por exemplo, nos últimos meses, aumentasse mais de 60%. E qualquer dona de casa já sente no bolso o resultado desse brutal aumento da energia elétrica.

Houve também um aumento muito importante dos combustíveis e o governo acelera com a possibilidade de continuar esse aumento.

Se formos procurar as causas, vamos ver que talvez a causa imediata desta crise seja um processo político no Brasil que tem no seu conjunto de regras políticas a reeleição. Falamos em reforma política atualmente, e hoje vi uma pesquisa realizada com os parlamentares federais e a maioria dos que compõe a comissão da reforma política é contrária à reeleição.

Reeleição é um instituto importante em vários países do mundo. Funciona bem nesse modelo americano, é antigo, lá inclusive havia reeleição ilimitada que foi interrompida quando Franklin Roosevelt se elegeu várias vezes, mas hoje, inclusive, a pessoa que ocupa o cargo de presidente duas vezes, depois não pode ocupar nenhum cargo público.

Aqui no Brasil em função da reeleição no último ano, não houve os ajustes que precisavam ser feitos, e a crise está instalada. Agora, quando vem a crise, alguns pagam e vemos aí o

sofrimento dos caminhheiros do Brasil em função evidente do aumento brutal do custo do transporte com combustível e das dificuldades que o setor tem. E o setor se mobiliza no país, faz aqui em Santa Catarina paradas nas estradas catarinenses como no resto do Brasil.

Aí vem a questão, e eu vi o deputado Dirceu Dresch falar aqui, de que evidentemente uma paralisação pode trazer prejuízos econômicos a alguns setores é uma consequência natural, de repente, em algum lugar não passa o caminhão de leite, no outro não passa o caminhão do frango, temos que concordar, mas não é possível fazer uma omelete sem quebrar os ovos. Todo mundo é contra a baderna! Todo mundo é contra o prejuízo que possa se produzir evidentemente, mas não se faz omelete sem quebrar ovos.

É claro que irá haver efeitos colaterais com a paralisação, mas me parece que é uma paralisação absolutamente justa. O deputado Mauro de Nadal vai fazer um pronunciamento, inclusive nessa direção, tive a oportunidade de conversar com ele hoje pela manhã. É uma paralisação justa, e dizer: quem é o responsável por aquilo que está acontecendo? Sem dúvida nenhuma, são os caminhoneiros. Eles precisam sustentar a sua família. Eles precisam, muitas vezes caminhoneiros autônomos, ter uma atividade econômica que permita sobreviver. E essa crise precisa ser olhada por todos.

Eu quero inclusive sugerir a própria Assembleia Legislativa, por meio da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, que também possa ouvir as pessoas. É preciso dialogar! É preciso dialogar! É preciso achar soluções para este momento difícil que está apenas começando.

Nós vamos ter mobilizações pelo país! No dia 15 de março vai haver uma grande mobilização, e as pessoas estão nervosas, estão ansiosas. Hoje houve uma mobilização aqui dos professores. As pessoas estão preocupadas com o destino do país que parece estar caminhando num destino ruim neste instante por mais otimista que você seja, por quê? Porque em determinado instante não foram tomadas as medidas que deveriam ser tomadas no país. Em

determinado instante, tive a oportunidade de um debate aqui na semana passada, e se entendeu que era apenas uma marolinha aquilo que estava acontecendo no mundo e que não ia atingir o país, mas atingiu, o país foi atingido e fortemente.

Os governos precisam fazer mudanças, mas no momento de crise precisa ouvir as pessoas, ouvir os caminhoneiros, precisa ouvir os professores, que evidentemente não podem pagar simplesmente a culpa de uma determinada posição muita influenciada pela questão da reeleição. E aí não quero fazer críticas pessoais à presidente Dilma Rousseff ou a qualquer um que esteja lá, de repente por esse mecanismo, nosso país acaba indo nessa linha e não tomando as medidas que deveria tomar.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Ouço o deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Fernando Coruja, queria aproveitar o aparte para trazer dois assuntos. Temos a informação, nesse momento, de que Santa Catarina tem 26 pontos de paralisação, desde o extremo oeste até a divisa do Paraná com o Rio Grande do Sul, no norte e também em Sombrio. Ou seja, nós temos 26 pontos de paralisação neste momento.

Em segundo lugar, eu fui conversar com um caminhoneiro, hoje, em Joinville, e ele disse que as empresas de transporte começaram a terceirizar os serviços, é mais barato. Em vez de pagar mão de obra e despesa do caminhão, eles terceirizaram. Então, eles começaram a vender as suas frotas para os próprios funcionários, que pediram demissão e começaram a terceirizar o serviço.

Um frete, saindo de Joinville e indo até Pernambuco, Recife, e voltando com carga a São Paulo e retornando a Joinville, a empresa paga R\$ 10 mil por esse frete, Joinville/Recife/São Paulo-Joinville, e 47% desse valor, ou seja, R\$ 4.700,00 o caminhoneiro paga de diesel e pedágio. Sobra 53% para ele pagar o pneu, a manutenção, o salário, o seguro, e assim vai.

O que eu observei é que essa paralisação, como v.exa. falou, é do motorista autônomo, que ele está louco da vida por não entender como é que pode nos outros países o preço do barril de petróleo baixar, todos os preços de combustível baixarem na bomba, e no Brasil aumentar. Quando iríamos imaginar que o preço do diesel estaria parecido com o preço da gasolina! Por isso que o caminhoneiro está louco da vida.

Como já disse, só há uma categoria neste país que para o Brasil: a categoria dos caminhoneiros! Por isso que nós temos que ficar atentos a esta questão. Gostei quando v.exa. falou da comissão de Transportes entrar em contato com eles para ouvi-los, é muito importante, mas essa decisão está em Brasília.

Então, parabéns pelo seu pronunciamento e gostaria de falar isso que acabei de conversar pela manhã com um dos caminhoneiros.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO FERNANDO CORUJA - Agradeço o aparte.

Na linha de encerramento deste pronunciamento, é exatamente isso. Hoje os caminhoneiros autônomos do Brasil são, muitas vezes, explorados pelas empresas. São esses que estão sofrendo mais neste instante.

A empresa, muitas vezes, consegue até passar esse tributo, esse ônus para o caminhoneiro, mas ele, ali na ponta de linha, sofre em consequência disso. E o impacto do combustível, onerado por tributos que estão aumentando, no momento em que v.exa. lembra bem, que o preço do barril do petróleo diminui no mundo, claro, em função de crises, como a da Petrobras e outros problemas, acenam que precisa ser dado, que a Petrobrás ainda tem salvação, e quem paga o pato, na ponta da linha, é o caminhoneiro, é o professor, é aquele que utiliza energia elétrica. A coisa não pode ser simplificada.

Não basta pensar que temos uma crise e precisamos fazer um pacote econômico, reformar, aumentar os tributos para consertar o país. E quem vai pagar isso tudo? Aquele que está lá na ponta

da linha, onde estoura tudo, o servidor público, o trabalhador, o caminhoneiro. Então, é preciso dialogar realmente para encontrarmos as melhores soluções para esta crise e para tantas outras que acenam para um futuro próximo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, o primeiro horário está destinado ao bloco do PSB/PR/PPS.

(Pausa)

Não havendo oradores inscritos, os próximos minutos estão destinados ao PDT.

Com a palavra, o sr. deputado Rodrigo Minotto, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero aqui registrar a presença e cumprimentar dois ex-presidentes da Câmara de Araranguá, o sr. Cláudio Roberto e o sr. Airton de Oliveira; o amigo de Lebon Regis, Douglas Mello, e as demais pessoas que acompanham a sessão neste dia.

Queria demonstrar a nossa preocupação com relação às atividades do hospital São José, de Criciúma. No início do mês houve uma reunião na prefeitura com deputados de várias bancadas do sul de Santa Catarina, e vimos uma sensibilidade muito forte por parte do secretário de estado João Paulo Kleinübing, que demonstrou interesse de tentar resolver a situação do hospital em razão do déficit orçamentário que existe.

Essa é uma situação que nos preocupa porque poderá ocorrer no início de março a paralisação do atendimento naquele hospital. O hospital São José é referência no sul do estado. Um hospital que trabalha com média e alta complexidade. O secretário demonstrou interesse de cobrir toda a despesa extrateto do atendimento do SUS do município e da região, deu o incentivo de 10% na média complexidade, mais 10% na alta complexidade, que dá um resultado de aproximadamente R\$ 1,6 milhão, totalizando mais de R\$ 20 milhões por ano.

Entretanto, é difícil administrar o hospital pelo seu tamanho, suas necessidades e poucos recursos. Estamos preocupados com essa paralisação. São milhares de usuários que procuram atendimento médico hospitalar e estão à mercê de uma paralisação. Isso é preocupante e cabe aqui um alerta para que haja do governador a sensibilidade de poder ajudar, e tenho certeza de que da parte do secretário há essa sensibilidade. Penso que se não houver uma ação direta do governo do estado na possibilidade de ampliar os recursos que o hospital está reivindicando, na média de R\$ 1,5 milhão por mês, ocorrerá a paralisação do hospital São José.

As tratativas estão ocorrendo. Há dificuldade em todo o estado do Sistema Único de Saúde, do atendimento médico hospitalar. Há a necessidade de uma compreensão sobre isso e precisamos ter diretamente o dedo do governador na questão para minimizar esses efeitos. Se existe dificuldade de recursos, temos que buscar junto ao governo federal também uma nova contratualização aqui em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Dalmo Claro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Pois não!

O Sr. Deputado Dalmo Claro - Sr. presidente, esse assunto é de muita gravidade. E, às vezes, parece que pode cair na banalidade pelo tanto que se fala nisso. A situação do hospital São José de Criciúma é difícil, necessita de um aporte de recursos, mas é a mesma vivida por uma dezena de hospitais de tal porte que fazem um atendimento relevante na média e alta complexidade nas diversas regiões. Essa situação não é diferente, por exemplo, no Hospital Municipal São José, que é bancado quase que todo pelo município de Joinville, sobre o qual falarei amanhã, e em tantos outros.

A remuneração do SUS não dá para sustentar todos os custos dos hospitais. Tenho certeza de que o estado não tem condição de arcar com tudo, mas precisamos achar uma solução. E o governo federal precisa colocar mais recursos nisso.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - Por isso, repito, se não houver solução no governo deste estado, precisaremos buscar subsídios e condições no governo federal para essa questão.

É um assunto muito sério, como o deputado Dalmo Claro falou, e não podemos ficar alheios à discussão política e à discussão preventiva do atendimento que é feito nos hospitais de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Leonel Pavan) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, vou utilizar este espaço para fazer um pequeno esclarecimento a respeito da Medida Provisória n. 198, de 10 de fevereiro de 2015 que, na verdade, ainda não teve a admissibilidade votada na comissão de Constituição e Justiça e há controvérsias. Enfim, cabe-me também dar o meu ponto de vista, pois entendemos que o governo saiba a respeito da legalidade e da constitucionalidade dessa medida provisória. O fato é que quando foi construído lá em 2009 a alteração por conta do piso nacional, que foi introduzida nos estados, e que nem todos os estados cumpriram, Santa Catarina cumpriu. Mas, ao mesmo tempo, foi utilizado a Lei Complementar n. 0456/2009, para incluir os professores em caráter temporário. Essa medida provisória ela vem regulamentar aqueles que foram incluídos na lei complementar e que não deveriam ter sido incluídos, porque a lei complementar trata dos servidores do regime jurídico único, ou seja, daqueles estabelecidos pelo estatuto, do estatutário. Portanto, uma coisa é a contratação temporária, outra é o professor ou servidor no cargo efetivo, através de concurso que é regido pelo regime jurídico único do servidor. Essa medida provisória ela tem, sim, amparo legal,

entre aquelas reservadas à lei complementar pela Constituição do Estado, ou seja, ao contrário, é a própria Constituição do Estado que, repetindo a Constituição Federal, exige apenas lei ordinária para disciplina relativa à contratação temporária. Então, não cabe lei complementar para contratação temporária e, sim, lei ordinária para a contratação de temporário. Com efeito, segundo a Constituição do Estado: "a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária e excepcional público" (art. 21, § 2º; na CF, art. 37, inc.IX). Lei, aí, é, obviamente, ordinária. Portanto, no que diz respeito à legalidade, à constitucionalidade, a medida provisória está amparada pelas duas constituições, tanto federal quanto estadual. Se lá no passado foi cometido equívoco, neste momento, ao contrário, está regulamentando de acordo com a própria lei ordinária que estabelece o contrato temporário. Por outro lado, existe a polêmica de que se está reduzindo o salário dos professores, quando na verdade, aqueles contratados pela atual Lei Complementar n. 0456, que ainda está em evidência ou que está invalidada, não terão nenhuma alteração até findar o seu contrato de acordo com o que foi assinado na época, seja em dezembro, em novembro ou de acordo com a necessidade.

Por outro lado, quando se fala em economia de R\$ 40 milhões, obviamente, é porque os temporários não estão inseridos dentro da mesma lei complementar, vamos dizer assim, para o efetivo.

Portanto, os próximos contratados estão diante de um novo regime, de uma nova lei, que dá o seu amparo, no mínimo, do piso, e acrescenta valores conforme a produtividade.

Assim, mais uma vez, quero deixar aqui a nossa posição de que na verdade o que se está fazendo é uma regulamentação através de lei ordinária não causando prejuízo aos que estão contratados. E os novos contratos serão regidos pela lei ordinária se aqui for aprovada a Medida Provisória n. 198, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Leonel Pavan, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO LEONEL PAVAN - Sras. e srs. deputados, sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera. Acho que o deputado Silvio Dreveck precisaria de mais tempo para fazer as suas colocações referentes a esse tema que vamos debater muito ainda. Mas ele tem sido bastante claro até agora e, certamente, vamos discutir muito e ouvi-lo muitas vezes para que possamos dirimir dúvidas.

O que eu queria era aproveitar esse meu tempo para falar sobre um assunto importante para a minha região. Seguidamente, uso a tribuna e na maioria das vezes falo da região da Amfri, região de Itajaí, Camboriú, Balneário Camboriú, Penha, Piçarras, Navegantes, Porto Belo, Bombinhas, Luiz Alves, Ilhota, região que nós abrangemos e eu fui o único deputado eleito, então seguidamente sou procurado para que possamos tecer aqui alguns comentários, mas não vamos deixar de lado questões importantes que iremos debater sobre Santa Catarina.

Hoje eu quero aproveitar aqui e registrar a presença da prefeita de Camboriú, sra. Luzia Lourdes Coppi Mathias, juntamente com o vereador Zeca Simas, para falar sobre um projeto que liga Camboriú a Brusque, uma rodovia que traria grandes benefícios para toda a região, de fundamental importância e muito trabalhada pelo ex-deputado Dado Cherem.

E eu me recordo que há uns três anos, mais ou menos, acompanhei o secretário da Infraestrutura, meu amigo Valdir Colbachini, que foi recebido no Recanto das Bromélias, por centenas de pessoas. Lá houve carreata para recebê-lo e o mesmo assumiu o compromisso, em nome do governo, de pavimentar aquela rodovia. Nós ficamos muito contentes! Sabemos, é claro, que o secretário depende muito

da boa vontade do governador, mas lá esteve ele, foi aplaudido, e nós o acompanhamos, tanto eu como o deputado Dado Cherem, a prefeita Luzia, vereadores e lideranças.

Mas depois passou alguns meses e o governador Raimundo Colombo foi recebido também por dezenas de agricultores em outra região por onde passa essa estrada. O povo vibrava, queria tirar fotos, pegar autógrafos e felizes da vida porque o governador foi lá reafirmar esse compromisso.

Ora, que alegria! Ir lá no interior e levar um benefício tão sonhado e importante, que ligaria Balneário Camboriú, Camboriú, Brusque, a BR-101, um novo acesso muito importante e que certamente traria grandes benefícios para a região que é altamente produtiva. Os agricultores precisam muito, e não apenas eles, mas é importante para o escoamento da produção.

Mas passou-se um tempo e o governador foi até a Câmara Municipal de Camboriú, me perdoem, mas estavam presentes os deputados José Nei Ascari, o ex-deputado Dado Cherem, o deputado Jean Kuhlmann, enfim, outros parlamentares, e na frente dos vereadores o governador não apenas reafirmou a obra como assinou a liberação de R\$ 5 milhões.

Foi um entusiasmo, uma alegria. Primeiro foi o secretário da Agricultura, depois; o governador Raimundo Colombo esteve na região. Depois, na Câmara de Vereadores. E tem mais ainda, no caderno da campanha estava escrito: obra em andamento. Eu procurei a prefeita Luzia, de Camboriú, que disse: "Por favor, Leonel Pavan, não fale, eu dependo do governo, é difícil governar sem o apoio do governo."

Então, eu disse: sei que v.exa. gosta dele, eu sei do carinho, da proximidade que existe entre vocês, mas eu sou um parlamentar, defendo a minha região e não posso deixar de falar.

Pasmem! Estava na revista de campanha: obra em andamento. E a obra sequer foi licitada. Desculpe-me, srs. parlamentares, eu já vim a esta tribuna fazer elogios ao governador pela parceria com o Morro do Encano, localizado entre Itapema e Camboriú, mas fui me informar e fiquei sabendo

que não deu em nada, os recursos lá conquistados foram através da Prefeitura de Camboriú com empréstimo do BRDE. Eu tenho que desfrutar o ovo, retirar o elogio que fiz, à época.

Mas é importante deixar registrado que um governo não pode brincar de fazer governo, eu não estou fazendo Oposição, longe disso, queremos fazer um trabalho consciente. Nós somos cobrados na nossa região, deputado Maurício Eskudlark, que muitas vezes é cobrado e que também teve muitos votos naquela região, mas precisamos chamar a atenção do governo, porque estamos aqui para alertar. Eu fui governador por um período pequeno, foram apenas nove meses, e muitas vezes fui chamado a atenção. Mas tentei fazer nesses nove meses o que era possível, e se tivesse quatro anos de governo, com certeza, muitas rodovias estariam concluídas.

Estou fazendo esse levantamento, voltarei a esta tribuna, irei visitar secretários, se possível falar com o governador, para que a região, que tem quase 600 mil habitantes, mais de 400 mil eleitores, uma região das mais importantes de Santa Catarina, não fique sem o auxílio do governo do estado, especialmente o município de Camboriú.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Antes de entrar no horário do PMDB, quero registrar a presença na Casa dos nossos prefeitos da região do vale do Itajaí, do prefeito de Ibirama, o Osvaldo Beltrami; do prefeito de Agronômica, o José Menegatti; e do prefeito de Alfredo Wagner, o Naudir Schmitz. Desejamos as boas-vindas a todos os nossos amigos, companheiros e prefeitos.

Ainda no horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Mauro de Nadal, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Quero cumprimentá-lo, sr. presidente, ao mesmo tempo em

que cumprimento todos os colegas deputados, deputada Luciane Carminatti, e dizer que encaminhei, nesta manhã, a seguinte moção a esta Casa.

(Passa a ler.)

"A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, aprovando proposição do deputado Mauro de Nadal, apela à sua excelência, presidente da República, ao presidente da Câmara Federal e ao (respectivamente) competentes da administração federal (com a urgência que o caso requer, haja vista a iminência de possíveis novos bloqueios de tráfego de veículos no local, bem como em outros estados da Federação que aderirem à movimentação iniciada em território catarinense), que examinem a possibilidade de serem estabelecidas macrocondições que favoreçam o transporte rodoviário de cargas no território nacional e, ao mesmo tempo, minorem as condições adversas que enfrentam os seus trabalhadores motoristas profissionais, especialmente no sentido de: (1) Da definição com a participação de um representante do movimento reivindicatório de cada estado da Federação, de preço mínimo nacional de frete por quilômetro rodado, balizado na oscilação do valor do barril do petróleo no mercado internacional; (2) Do estabelecimento de moratória de um ano para o pagamento de parcelas dos financiamentos já contratados de aquisição de veículos de transporte rodoviário de cargas; (3) Da redução do óleo combustível e da vinculação de seu reajustamento à oscilação do valor do barril de petróleo no mercado internacional; (4) Do estabelecimento de aposentadoria especial - aos 25 anos de contribuição previdenciária - para os trabalhadores motoristas profissionais de transporte rodoviário de cargas; e (5) Da sanção governamental, sem vetos, ao Projeto de Lei n. 041/2014, que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista (a cognominada Lei do Descanso). Atenciosamente, deputado Gelson Merisio - presidente." [sic]

Encaminhamos esta moção, sr. presidente, tendo em vista o movimento que teve início lá no

município de São Miguel d'Oeste, movimento este que não conta com a titularidade de uma entidade, de um grupo ou de uma determinada pessoa, mas sim de um movimento que nasceu da vontade de paralisar, em virtude das situações difíceis pelas quais passa o transporte nacional. E esses motoristas que hoje estão paralisados não somente em São Miguel d'Oeste, como em oito estados da nossa Federação, não conseguem sequer honrar mais com os seus compromissos, com a prestação mensal desse caminhão, prestação esta, diga-se de passagem, incentivada pelo governo federal através de um projeto que tinha por objetivo melhorar a frota e diminuir a poluição. Só que neste momento, em virtude do aumento excessivo dos combustíveis, esses caminhoneiros não conseguem pagar essa prestação que é fruto de um incentivo concedido pela nossa Federação.

Eu estive, desde quinta-feira, acompanhando toda essa movimentação e em todos os momentos que tive a oportunidade de conversar com os motoristas que lá estavam paralisados em um movimento que começou bem tímido e que tomou grandes proporções, a exemplo de aqui em Santa Catarina, com mais de 20 pontos de paralisação até o presente momento, a solicitação que fazíamos aos manifestantes era que respeitassem o trânsito da carga perecível. Ou seja, a alimentação e o transporte dos animais e demais produtos perecíveis. E quando tive contato com eles, que foi hoje pela manhã, no extremo oeste, que é a região onde tenho mais atuado, em nenhum momento essas cargas foram paralisadas, todas elas tiveram o seu trânsito normal.

Em uma dessas passagens que estive conversando com os motoristas um deles me fez uma pequena consideração, e aí acompanhando também a fala, há poucos instantes, do deputado Fernando Coruja, e também o aparte feito pelo deputado Kennedy Nunes, percebemos a aflição que eles estão passando. Conversei com um motorista do Mato Grosso do Sul e ele relatava que fica 30 dias, 60 dias e até 90 dias na estrada e quando retorna para a casa, ao invés de poder levar um alento financeiro para contentar os seus familiares que lá o aguardam,

sequer consegue honrar com o seu compromisso da prestação do seu caminhão, porque o preço do diesel aumentou muito.

E aí tomei a liberdade de fazer uma pequena pesquisa para verificar essa oscilação do preço do diesel. Percebemos que ele foi além do que a inflação se comportou nesses últimos dois anos. Em 2013, tínhamos o litro do diesel a R\$ 2,23. Hoje, o litro do diesel comum está em R\$ 2,75. São 23% de reajustamento no valor do litro do diesel. Isso falando do diesel comum. Se nós compararmos esse reajustamento com a inflação no período, tivemos uma inflação de 12,4% nesses dois anos.

Mas se analisarmos aquilo que está acontecendo com todos os caminhões novos que são obrigados a usar o diesel S10, ou seja, o diesel que vem com todos os seus preparos, com arla 32, um produto que é adicionado ao diesel para diminuir os seus efeitos ambientais, o litro do diesel está em R\$ 2,95. E o preço de tudo isso, quem acaba pagando é a sociedade, é o povo brasileiro que acaba pagando esse reajuste, porque o preço desse diesel vai ser obviamente repassando para o alimento, para o pão nosso de cada dia, para a energia elétrica, que teve um aumento significativo neste ano, e há projeções de reajustes ainda maiores. Isso tudo é preocupante.

Por isso que a sociedade está ao lado dos manifestantes. Hoje mesmo nós vamos ter lá no extremo oeste, basicamente em todos os municípios de fronteira, paralisação de todas as suas atividades, e o comércio paralisando as suas atividades a partir das 15h, em apoio à manifestação dos motoristas, dos caminhoneiros que lá se encontram.

Então, a sociedade civil organizada está apoiando esse manifesto porque sabe dos reflexos de tudo isso na vida de cada um dos brasileiros. E aí apelamos para que não sofrermos impactos na cadeia produtiva do estado de Santa Catarina e em todo o país, para que lá em Brasília se adotem medidas urgentes, rápidas, para dar uma resposta a esses que buscam essa satisfação da continuidade

do seu trabalho que é o transporte de carga, o transporte de riquezas em nosso país.

Também o comércio está recebendo o apoio dos agricultores lá na nossa região, vários maquinários se somando às paralisações ao lado das rodovias como forma de expor a sua insatisfação também com o momento, porque o diesel é a base de tudo aquilo que se produz hoje aqui em nosso país. Por isso, a nossa preocupação é justamente para que não tenhamos um impacto ainda maior na economia de Santa Catarina e no país. É preocupante a situação que as agroindústrias terão que enfrentar nesses próximos dias e já enfrentam hoje. É muito preocupante toda a situação em que estão colocados esses cidadãos que estão fazendo a manifestação, porque eles estão em condições sub-humanas, parados ao longo das rodovias.

Então, uma resposta rápida de Brasília, quem sabe, diminuindo o preço do diesel, com certeza já vai minimizar os impactos desse movimento todo e vai abrir um canal de negociações para que o país possa, juntamente com os motoristas, evoluir nessa pauta de negociações que vem de várias fontes de informações. Consegui colher cinco para fazer parte dessa moção, mas tem tantas outras a exemplo: revitalização urgente das rodovias estaduais e federais; redução do preço do pedágio; a não cobrança do pedágio para eixo erguido; praças de parada com infraestrutura para o descanso dos caminhoneiros e tantas outras.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Ouço com satisfação o nobre colega deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Queria parabenizar v.exa., deputado Mauro de Nadal, e dizer que esse movimento surgiu de forma voluntária, capitaneado pelos irmãos Júnior Bonora e Vilmar Bonora.

Esse movimento não era esperado neste momento porque se falava nas redes sociais para o dia 15 de março em nível nacional para demonstrar o descontentamento com a situação. Por ser um

movimento não programado, não havia nenhuma pauta de reivindicações. Depois, sim, foi feita a pauta de reivindicações, como bem dito por v.exa.

Ontem o presidente da Fetranesc, Pedro Lopes, que esteve em São Miguel d' Oeste, acompanhado de alguns dirigentes do Sindicato dos Transportadores, inclusive demonstrou que a maioria desses itens a Fetranesc já está discutindo com o governo federal, com as autoridades trabalhando e querendo o atendimento de algumas dessas pautas.

Eu vejo, nobre deputado Mauro de Nadal, que um dos fatores que impactou a opinião pública foi o preço do óleo diesel, porque o óleo diesel aumenta, deputado Fernando Coruja, até o preço do alface. Tudo que é transportado, que é produzido neste país, tem a ver com o óleo diesel. Então, vejo que seria, como citado por v.exa., uma questão de que se poderia até aumentar a gasolina, teria problema, mas não seria com esse impacto. O governo federal, o ministério da Fazenda, tem tantos lugares para buscar recursos para subsidiar, e a questão num gesto inicial era pela redução do preço do óleo diesel.

Tendo essa redução do preço do óleo diesel, as outras questões, como a Fetranesc, os representantes dos caminhoneiros e transportadores, em nível de Brasil, teriam como continuar negociando, debatendo. Mas vejam que deveria haver um gesto nesse sentido. E, claro, tem que ter um cuidado muito grande. Como falou v.exa., o preço do leite já está a metade do que deveria estar, se o produtor não puder entregar, piora ainda mais a situação, e se a carga de ração não puder chegar ao produtor também vai criar problema. Então, temos que ter o cuidado para que efetivamente o pleito traga melhorias e não traga ainda mais dificuldades para a nossa sofrida agricultura do oeste catarinense, que vinha passando um grande momento e agora enfrenta momentos de dificuldade.

Parabéns pela abordagem e nos somamos ao seu pleito.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Muito obrigado, deputado Maurício Eskudlark.

Sr. presidente, apelo a v.exa. para que logo, se assim for o entendimento dos nobres pares, possamos aprovar esta moção, seja encaminhado via fax ou e-mail à Presidência da República, ao presidente do Congresso Nacional, ao presidente da Câmara Federal, melhor dizendo, ao presidente do Senado, porque esta pauta, que hoje estamos tratando aqui no Parlamento Catarinense, com certeza, será a mesma em mais oito estados da nossa federação onde as paralisações também estão se intensificando, e temos acompanhado que São Paulo tem aderido a esta paralisação desde a tarde de ontem.

A aglomeração de veículos é grande aqui em Santa Catarina. Em São Miguel d' Oeste ultrapassa 700 caminhões. No trevo de Irani, no entroncamento da BR-153 com a BR-282, são inúmeros caminhões que lá estão encostados, e isso é preocupante. No Rio Grande do Sul também a movimentação se intensificou, lá começou timidamente, como aqui em Santa Catarina, mas está grande a movimentação, como também no Paraná, Mato Grosso e Goiás.

Então, isso acende a luz de alerta para um encaminhamento urgente e rápido por parte do governo federal, para que o Brasil, para que Santa Catarina não sufoque perdas irreparáveis com essa paralisação. Mas quero aqui dar o mérito ao movimento, às pessoas que estão enfrentando essa necessidade de uma diminuição do preço do diesel, frisando novamente que não é somente esta pauta de negociação desses caminhoneiros que estão paralisados, mas este é o ponto crucial, como bem frisou também o deputado Maurício Eskudlark.

Se conseguirmos fazer com que o governo reduza o preço do diesel com certeza vamos alimentar as esperanças desses caminhoneiros, desses motoristas que estão no movimento, e alimentar as suas esperanças de que poderemos avançar nas outras pautas também, porque o combustível impacta na vida e no dia a dia do seu frete.

Estávamos pagando basicamente R\$ 3,00 um litro de óleo diesel, sem falar que tem o desgaste do

pneu, a manutenção do caminhão, a alimentação, o deslocamento e inúmeras despesas que congregam o frete para o transporte de cargas. Então, isso tudo chama e conclama uma atitude rápida do nosso governo federal para enfrentarmos esta situação e sairmos com uma posição que possa beneficiar, não apenas a categoria dos transportadores, mas a categoria de todos que são envolvidos de uma forma direta ou indireta pelo frete neste país.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Essa Presidência tomará todas as providências para o encaminhamento dos requerimentos aprovados pelo plenário.

Ainda no horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por 13 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, desejo fazer menção ao tema que foi levantado pelo deputado Mauro de Nadal. Tenho em alguns momentos reconhecido o trabalho do governo federal em parceria com o governo de Raimundo Colombo, mas confesso que nos últimos tempos estamos cada vez mais preocupados com o cenário nacional. E me junto ao deputado Mauro de Nadal que apresenta uma moção, colhe apoio, busca assinatura para arregimentar um movimento nacional e sensibilizar a presidente Dilma Rousseff para que o governo federal tome uma providência no sentido de minimizar o impacto do aumento do óleo diesel no Brasil.

Em homenagem ao PMDB, quero iniciar com uma frase do saudoso Ulysses Guimarães: "A única coisa que mete medo na política é o povo nas ruas". E nós temos que nos render ao pensamento. Apesar das manifestações estarem agendadas para o dia 15 de março, o povo já está indo para as ruas. Os caminhoneiros já dão sua demonstração de imensa insatisfação com a política econômica do governo federal.

Na década de 50 e 60 o governo federal na contramão da história, absurdamente, priorizou o transporte ferroviário no Brasil. Isso é fato. Em ato contínuo, o governo federal nas suas políticas públicas, mais recentemente nas últimas décadas, aumenta de forma assustadora o preço do óleo diesel. Vamos aos números: em 1996, o valor de um litro de gasolina dava para comprar 3,5 litros de óleo diesel. Hoje o preço da gasolina e do óleo diesel está equiparado. Muito bem. De 2000 a 2009, a gasolina teve um reajuste de 93% e o óleo diesel, pasmem, de 292%. Isso é um absurdo.

Todos nós sabemos que quando aumenta o óleo diesel, você está aumentando, impactando, diretamente, o preço das cestas básicas, os hortifrutigranjeiros, da carne, enfim, porque nós sabemos que 60% da carga do Brasil são via rodoviária ou muito mais, porque quando você vai transportar pelos portos, são os caminhões que levam para os portos. Então, eu quero dizer que estou, extremamente, preocupado com as manifestações do dia 15 de março, que já começaram, que já foram antecipadas pelas manifestações legítimas, pertinentes e que tem o nosso apoio, em todo aspecto, os nossos caminhoneiros do Brasil. A única forma de eles protestarem é assim mesmo: paralisar as suas atividades, deputado Dalmo Claro. É uma forma dura, drástica, agressiva até, mas é a única forma de eles serem ouvidos e quem sabe serem atendidos pelo governo federal e pela classe política. Essa é a grande verdade.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Parabenizando v.exa., acho que essa explanação, essa história é importante. Sabemos, e a história conta, que as grandes montadoras de caminhão fizeram a força perante o governo federal para desestimular a construção de ferrovias para que o transporte ferroviário fosse cada vez mais forte.

A questão do óleo diesel como v.exa. apresentou, enquanto a gasolina no mesmo período

chegou quase a 100% de aumento, o óleo diesel a 300% de aumento. Então, está claro que óleo diesel é o que pesa na inflação, na cesta básica, no custo de vida. E é onde o governo tem que encontrar uma forma de subsidiar e de permitir a redução desses custos, desses preços. Nós sabemos o quanto o combustível é importante e nos preocupa a situação, inclusive em algumas cidades como São Miguel d' Oeste, ontem, nenhum posto tinha mais combustível, seja óleo diesel ou gasolina. Então, temos que ter essa consciência. O transporte sofre com essa questão do óleo diesel e tem, sim, que se encontrar uma solução. Acho que o governo aumentou a gasolina, aumentou outros itens, mas o ministério da Fazenda tem que encontrar uma forma de subsidiar, de dar alguma redução no preço do óleo diesel.

Hoje há um sinal para negociação com esse movimento, que é um movimento espontâneo, tanto que não tem um líder específico manifestando-se, os próprios presidentes dos sindicatos dos transportadores dizem que não iniciaram o movimento, mas todos sabem quais são os pleitos. Um dos sinais que o governo federal poderia dar, neste momento, seria a redução do preço do óleo diesel, um prazo estabelecido de não ter o novo aumento no produto, tudo isso ajudaria em um entendimento. Preocupa a todos pelo que o transporte representa para a economia catarinense brasileira. Nós sabemos que os frigoríficos, as indústrias, todo o setor produtivo já está sendo afetado por essa questão. Então, é urgente que o governo federal dê alguma sinalização para que a classe possa voltar à normalidade e possa voltar ao trabalho.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado.

Concluindo as minhas palavras, sr. presidente, eu também faço questão de citar aqui o que escreveu o jornalista Celso Ming no jornal *O Estado de S. Paulo*.

Ele afirma o que todos nós sabemos, deputado Mauro de Nadal:

(Passa a ler.)

"[...]que a política de preços da Petrobras é dúbia e pouco transparente. Mesmo com a queda do barril de petróleo de 117 dólares para 47 dólares."

O governo federal dá esse aumento absurdo para a gasolina e, sobretudo, mais preocupante ainda, para o óleo diesel.

Portanto, esse momento é extremamente delicado porque com essa manifestação dos caminhoneiros, dos transportadores do Brasil essa é uma atividade essencial, crucial e que poderá ter desdobramentos diretos e imediatamente negativos na economia do nosso estado e do nosso país.

O Sr. Deputado Fernando Coruja - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Fernando Coruja - Agradeço o aparte, deputado Darci de Matos.

Nós observamos, e até vou usar uma terminologia médica aqui, que como medicina preventiva deveríamos ter construído ferrovias. Talvez tivéssemos, como eu mesmo levantei, que ter feito modificações a tempo adequado no plano econômico brasileiro, o que não foi feito, mas agora nós temos uma emergência e o governo precisa tratar como tal.

Parece-me aqui pelo que levantou o deputado Mauro de Nadal, v.exa. e o deputado Maurício Eskudlark, que a terapêutica de choque aqui para emergência é subsidiar o óleo diesel. O nó nesse instante é subsidiar o óleo diesel e acho que essa é a principal sugestão realmente que todos têm apontado aqui, a mais adequada para este momento. E depois temos que procurar, evidentemente, soluções outras para a crise, do ponto de vista a médio e a longo prazo.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Fernando Coruja.

Eu concludo as minhas palavras agradecendo aos srs. deputados que me apartearam e que a nossa

preocupação é com a cadeia produtiva no que diz respeito ao aumento do óleo diesel. Mas, sobretudo, com a cesta básica e com o transporte coletivo do nosso estado e do nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Aldo Schneider) - Agradeço as manifestações, as colocações do eminente deputado Darci de Matos, representando o PSD, obviamente, num tema extremamente importante com o qual todos nós devemos estar preocupados neste momento.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por até sete minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Boa-tarde a todos os srs., deputados e sras. deputadas.

Eu quero me manifestar em nome do PT sobre o movimento dos caminhoneiros e falar em nome da nossa bancada sobre a responsabilidade e da sensatez que nós temos que ter neste momento tão delicado em que interesses legítimos, deputado Mauro de Nadal, manifestam-se e nós temos uma tradição no PT de sempre apoiar os movimentos e as reivindicações de rua.

Portanto, é muito fácil para nós dizer, em primeiro lugar, que apoiamos esse movimento, inclusive traduzimos isso numa moção que posteriormente eu farei a leitura. Mas quero dizer que nós não podemos ser injustos e tratar, deputado Maurício Eskudlark, toda a pauta apresentada como se fosse de responsabilidade do governo federal.

E é nesse sentido que hoje pela manhã a bancada do PT, através da nossa liderança, fez contatos em Brasília para saber quais as ações que o governo federal está tomando com relação a esse assunto. E gostaria aqui de tornar público, em primeiro lugar, o grande desafio, e quero pedir aqui ao deputado Mauro de Nadal, ao deputado Maurício Eskudlark e aos demais deputados, porque o governo federal quer dialogar, quer negociar,

mas perguntou para nós com quem? Se lá em Xanxerê há um movimento e não se sabe quem são os líderes; também em São Miguel d' Oeste, em Campos Novos, no sul. Ou seja, quando eu trato da pauta do Magistério eu negocio com o Sinte, ou em nível nacional, com a CNTE.

Então, gostaria que os deputados nos ajudassem a dizer para o governo federal quem são os interlocutores desse movimento para que a gente possa avançar nas negociações.

Tem que ser caminhoneiros que representam o movimento, deputado Natalino Lazare, para se ter a legitimidade em se ir até Brasília, sentar com o governo, negociar todas as pautas e poder voltar e ter legitimidade para dialogar.

Em segundo lugar, está na Casa Civil a Lei do Descanso, a presidente Dilma Rousseff tem intenção de sancioná-la nos próximos dias sem vetos, deputada Ana Paula Lima, respeitando, inclusive, a construção que houve com esse setor e com o Congresso Nacional.

Em terceiro lugar, sobre os financiamentos, eu falei hoje, pela manhã, com o Pedro Lopes, da Fetranesc - Federação das Empresas de Transportes de Cargas e Logística do Estado de Santa Catarina -, e nessa pauta a federação já tem avançado, mas o governo não é o BNDES, isso nós precisamos entender, não é uma extensão, como a Polícia Federal, que muitos acham que faz o que a presidente Dilma Rousseff quer ou o que o ministro quer. A Polícia Federal no nosso governo tem autonomia, também o BNDES. Mas o nosso governo se propõe a sentar com o BNDES e discutir os financiamentos e o prazo de carência.

O quarto ponto é sobre o tabelamento do frete. Todos sabemos que quem determina o frete são as grandes empresas, deputado João Amin, como a Cargill, a BRF e assim por diante. O que o nosso governo se propõe a fazer? Propõe-se a chamar essas empresas e estabelecer um diálogo.

E com relação ao custo do óleo diesel e às rodovias, sejamos justos, são duas pautas que também são estaduais. E por que são estaduais? Porque o diesel tem 12% de ICMS, que não é imposto

estadual, deputado Aldo Schneider? O nosso governo do estado, portanto, poderia começar discutindo o ICMS do óleo diesel, por exemplo.

Com relação às rodovias eu tenho tranquilidade em dizer se tem um governo que colocou dinheiro em Santa Catarina para recuperação de rodovias foi o governo da presidente Dilma Rousseff, o que inclusive o governador Raimundo Colombo reconhece reiteradamente. Mas os problemas das rodovias têm que ser discutido também com o governador.

Portanto, quero dizer duas coisas: eu me somo à luta dos caminhoneiros, mas cada um tem que fazer a sua parte, o que é dos empresários eles é que têm que discutir, deputado Mauro de Nadal. Com relação ao governo do estado, deputado João Amin, eu proponho que a comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano abra a possibilidade de outros deputados assumirem e que façamos uma comissão estadual aqui para discutir as pautas estaduais. Com relação à pauta nacional queremos os interlocutores para abrir o diálogo com os caminhoneiros.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Deputada Luciane Carminatti, concordando com algumas de suas argumentações, somente quero fazer um pequeno parêntese sobre a questão do imposto ICMS sobre combustível. Este imposto não foi aumentado, o que foi aumentado foi o combustível, mas o imposto não, só a sua incidência sobre o valor. Agora, quanto ao oferecimento de nomes para representar o movimento dos caminhoneiros, eu sei da sua dificuldade, eu sei da dificuldade de Brasília, porque é um movimento não profissional, é um movimento que é simplesmente uma aglutinação de caminhoneiros, de motoristas que tem por único objetivo melhorar as condições de trafegabilidade, de custos dentro do nosso país. Mas claro, temos algumas referências à região pelo início do processo de paralisação. Então, na sequência, repasso o nome e telefone para que v.exa. e quem sabe alguém do governo federal possa fazer

contato, mas teremos o problema que eles não têm recursos para irem até Brasília.

O Sr. Deputado João Amin - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Pois não!

O Sr. Deputado João Amin - Faltam só 18 segundos do seu tempo, mas acho que o presidente pode dar um tempo extra para essa discussão, que eu acho altamente importante. A comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano desta Casa tem hoje a sua primeira reunião, às 17h, e convido não apenas os integrantes da comissão, mas todos os deputados que quiserem se fazer presentes nesta reunião.

Este assunto vai ser o assunto n. 1 a ser discutido hoje.

Confesso que estou tentando entrar em contato com Pedro Lopes desde a manhã de hoje, mas ele está em deslocamento a Brasília num evento do DNIT.

Srs. deputados, com a quantidade de pontos paralisados no estado, outra questão a ser discutida na comissão de Transportes hoje será o ponto de paralisação e a comissão vai fazer uma visita *in loco* para saber qual será a identificação da representação do movimento. A pauta v.exa. já colocou muito bem, apesar de discordar de alguns pontos, mas este não é o momento de contrapor, pois a pauta é muita extensa. Existe, sim, responsabilidade do empresário, do governo do estado, do governo federal, de governos municipais e, por que não, do ISS ou de algum serviço que seja pauta de reivindicação desses trabalhadores.

Mas este será o ponto n. 1 a ser discutido hoje. O deputado Fernando Coruja também tocou no assunto, então convido não somente os integrantes da comissão como os deputados que quiserem se fazer presentes, às 17h, na sala das comissões, para tratar deste assunto.

Muito obrigado pelo aparte.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Obrigado, deputado.

Para concluir, sr. presidente, quero também dizer que apoiamos as reivindicações, mas não apoiamos a obstrução das vias, o desabastecimento, porque isso tem prejudicado os agricultores que estão perdendo a produção e também os consumidores. Então, responsabilidade, sensatez e, acima de tudo, diálogo.

Deputado Silvio Dreveck, vou poupá-lo hoje com relação à Medida Provisória n. 198, mas amanhã eu respondo a cada um dos pontos levantados na sua defesa.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 11, 14, 15, 16, 17, 18 e 19, de autoria do deputado Neodi Saretta; 12, de autoria do deputado Aldo Schneider; 13, de autoria do deputado Leonel Pavan; 20, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro; 21, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 22, de autoria do deputado Mario Marcondes; 23, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 24, de autoria do deputado Ricardo Guidi, e 25, de autoria da deputada Luciane Carminatti.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s: 41, 42 e 47, de autoria do deputado Cesar Valduga; 44, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 45, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 46, de autoria do deputado Aldo Schneider; 48 e 49, de autoria do deputado Maurício Eskudlark; 50, de autoria do deputado Neodi Saretta; 51, de autoria da comissão de Constituição e Justiça; 52, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 53 e 54, de autoria do deputado Antonio Aguiar; 55, de autoria da deputada Luciane Carminatti, e 56, de autoria do deputado Kennedy Nunes.

Requerimento n. 0043/2015, de autoria do deputado Cesar Valduga, que solicita a constituição de Fórum Parlamentar do Oeste de

Santa Catarina para tratar de assuntos de interesse comum aos municípios que compõem a referida região.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0004/2015, a ser enviada à presidente da República e aos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, apelando que ordene aos setores competentes que examinem a possibilidade de serem estabelecidas macrocondições que favoreçam o transporte rodoviário de cargas e minorem as condições adversas que enfrentam os seus trabalhadores.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação n. 0011/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações referentes às ações de planejamento para curto, médio e longo prazo que a Casan vem desenvolvendo com o objetivo de prevenir uma crise hídrica no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0012/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao

governador do estado, solicitando informação acerca de projeto e previsão para execução das obras de reforma da Escola Erwin Ratdke, de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0013/2015, de autoria do deputado Luiz Fernando Vampiro, a ser enviado ao secretário de estado da Infraestrutura, solicitando informações acerca do andamento da obra relativa à rodovia SC-447, no trecho entre os municípios de Lauro Müller e Treviso, e da situação financeira do contrato celebrado entre o governo do estado e a empresa responsável pela obra em questão.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os Srs. deputado que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0014/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao secretário de estado da Educação, solicitando informações sobre eventual previsão de melhorias na Escola de Educação Básica Comendador Arno Zadrozny, do município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0015/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre eventual previsão de pavimentação da rua August Reinhold, no município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0016/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre eventual previsão de ampliação e reforma da Escola de Educação Básica Professora Izolete Elisa Gouveia, de Blumenau, e sobre a distribuição de materiais de limpeza para a referida escola.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0017/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre eventual previsão de melhorias na Escola de Educação Básica Hercílio Deeke, de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0018/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações

sobre eventual previsão de melhorias na Escola de Educação Básica Santos Dumont, de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0019/2015, de autoria da deputada Ana Paula Lima, a ser enviado ao governador do estado, solicitando informações sobre eventual previsão de melhorias e de contratações para a Escola de Educação Básica Coronel Pedro Christiano Feddersen, de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Srs. deputados, amanhã já teremos matéria para deliberar, inclusive na pauta e lidas no início da sessão. A partir de amanhã, teremos votação normal, com apreciação de vetos que estão já aptos a serem deliberados, uma vez que tramitaram na comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerada a sessão.

